

Pequim '95

Conferência Mundial sobre a Mulher



Nº 3 - MAIO/94 - BRASÍLIA - DF - BRASIL



- **III Seminário Nacional:**
"A Violência Contra a Mulher",
relatório na página 2
- **Articulação:**
Grande encontro em 95.
Páginas 4 e 5
- **A família é um vespeiro. Página 3**

AGENDA

IV Seminário Nacional Mulher: Educação, Cultura e Sociedade - 15, 16 e 17 de junho em Porto Alegre.

Seminário Políticas Públicas sob a Ótica de Gênero - 30 de junho e 1º de julho no Rio de Janeiro

V Seminário Nacional Documento Final ainda em fase de estudo. Provavelmente nos meses de julho ou agosto, em Brasília.

Seminário Regional America Latina e Caribe - em Setembro, em Mar Del Plata, na Argentina.

Entrega do Relatório Oficial do Brasil a ONU - em agosto.

Violência Documentada

• Sueli Carneiro

O Seminário "Violência Contra a Mulher", realizado dias 30 e 31 de maio, em São Paulo, faz parte de um conjunto de reuniões temáticas sobre a mulher promovido pelo Comitê Nacional preparatório da participação do governo brasileiro na IV Conferência Mundial da Mulher, em setembro de 1995 em Pequim, e foi organizado pelo Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, NEMGE/USP e OAB - Seção São Paulo, com o apoio de diversas agências das Nações Unidas.

Este Seminário teve como objetivo específico levantar os dados mais realistas sobre a violência sofrida pelas mulheres brasileiras, de forma a subsidiar o relatório do governo brasileiro para a Conferência de Pequim e também contribuir para a mobilização interna, com vistas à mudança da situação de violência contra a mulher persistente no Brasil.

Tendo em vista que o seminário realizado atendeu plenamente às expectativas na medida em que foi empreendido um amplo levantamento sobre as diferentes formas de violência praticadas contra as mulheres, bem como desenvolveu rigorosa avaliação das

políticas públicas que vêm sendo desenvolvidas a nível institucional para o combate à violência contra a mulher, o relatório a ser elaborado sobre o seminário procurará sintetizar os seguintes pontos:

1) A discussão teórica, empreendida sobre as determinações culturais, que ao produzirem a assimetria entre os sexos, justificam historicamente o exercício da violência nas relações de gênero, particularmente do homem sobre a mulher.

2) A discussão sobre o conceito de violência contra a mulher na tradição feminista frente às novas formas de violência contra a mulher determinadas por classes de idade, de relações interétnicas, de orientação sexual e outras.

3) As iniciativas do movimento de mulheres no combate à violência contra a mulher.

4) Quanto as políticas públicas:
a) ações desenvolvidas no âmbito do Executivo;

b) ações desenvolvidas a nível do Legislativo;

c) ações junto ao Poder Judiciário.

5) Propostas e recomendações.

Considerando que um dos objetivos fundamentais destes seminários

temáticos sobre a mulher, conforme entendimento do Ministério das Relações Exteriores e do movimento de mulheres, é permitir que, através do diálogo entre governo e sociedade amplie-se a consciência nacional sobre a questão da mulher e, neste caso em especial, sobre o problema da violência contra a mulher de tal maneira que o discurso oficial no exterior seja o mesmo praticado e aplicado aqui, serão privilegiadas neste relatório as propostas concretas e recomendações que apontem para o aperfeiçoamento das políticas públicas já em curso; para o desenvolvimento de mecanismos de apoio para as mulheres vítimas de violência, posto que a ausência destes mecanismos é um ponto de estrangulamento das políticas já existentes; para o avanço da legislação e do posicionamento do Poder Judiciário sobre a temática da violência contra a mulher na perspectiva de que este seminário seja um impulso efetivo na concretização de ações que conduzam à eliminação da violência contra a mulher no Brasil.

• Relatora do III Seminário Nacional "A Violência Contra a Mulher"

Leis

Por um novo ordenamento jurídico

• Luiza Nagib Eluf

O combate à violência contra a mulher em todas as suas formas de manifestação depende de uma série de medidas sociais, políticas, econômicas e legislativas, a serem desenvolvidas de forma simultânea e complementar, tanto na esfera preventiva quanto na repressiva.

Com relação ao ordenamento jurídico nacional, muitas são as alterações reivindicadas pelo movimento de mulheres. E dentro do tema violência, o Código Penal de 1940 merece especial atenção, devido ao seu pronunciado anacronismo, gerador de reiterada ineficácia penal ou de eficácia distorcida na defesa de alguns dos direitos da mulher, tais como: assédio sexual, aborto, discriminação, reprodução assistida, etc.

Embora as alterações legislativas sejam de fundamental importância para que se possa melhor instrumentalizar a

sociedade no combate à violência, juntamente com a atualização da lei é preciso desenvolver um trabalho de sensibilização dos aplicadores da Justiça, no sentido de se garantir a igualdade sexual nos julgamentos dos conflitos levados à apreciação do Judiciário.

No Estado Democrático de Direito, o papel daqueles que decidem sobre o direito adquire importância fundamental, comumente pouco percebida nos tempos de ditadura, quando não existem as garantias individuais nem a independência das instituições. Neste sentido, podemos afirmar que o Brasil atravessa uma nova fase: começa a conviver com a cidadania e descobre, aos poucos, o papel do Judiciário.

Não por acaso, surgem propostas de controle externo da Magistratura e do Ministério Público, no momento da revisão constitucional. Evidentemente, as propostas de controle não significam que estas Instituições não estejam atuando a

contento, mas sim que a sociedade acordou para suas existências e, principalmente, para seus poderes.

A revisão constitucional não aconteceu da forma como se esperava. Foi bastante limitada e não examinou todas as emendas e propostas apresentadas (talvez para o bem do povo....), mas os órgãos que promovem a Justiça continuam na ordem do dia e sem controle externo (providência, de resto, discutível).

Especificamente com relação à mulher, aquilo que se passa nos Tribunais tem uma importância definitiva: em última instância, são os(as) Juizes(as) que vão decidir sobre os destinos de seus bens, seus filhos, sua segurança, sua integridade física e psicológica. É por isso que a igualdade, já proclamada na Lei Maior, precisa também constar do ideário de quem a aplica.

A Lei está sempre sujeita a interpretação, surgindo daí a jurisprudência. Sobre um mesmo caso concreto envolvendo um conflito, é possível encontrar várias soluções, dependendo da cabeça de quem o julgue. Portanto, depois de muita preocupação do movimento feminista com os Poderes Executivo e Legislativo, agora é o momento de olhar para o Poder Judiciário. Nossos avanços não podem correr o risco de ser neutralizados na instância final.

A Justiça é a bola da vez.

- **Promotora de Justiça, membro do CECF/SP e da Comissão de Reforma do Código Penal do MJ, Consultora e Relatora-Geral do processo preparatório da Conferência da Mulher.**

EXPEDIENTE

CFEMEA - CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA

SCN, Ed. Venâncio 3000, sala 602 - Brasília, DF
Telefone: (061) 225-1664

Fax: (061) 225-2336

Texto e Foto: Márcia Turcato Reg. 4553/15/91
RS

Composição e Arte Final: Luis Gustavo Pedroza

Impressão: Correio Braziliense

Apoio: UNIFEM

Agressão Doméstica

A família é um vespeiro

- **Heleieth I.B. Saffioti**

Atos unilaterais de violência são raros. De ordinário, a violência ocorre no interior de uma relação especialmente quando se trata de violência doméstica. Amor e ódio misturam-se, pois a violência permeia uma relação afetiva.

As mulheres constituem 63% das vítimas desta modalidade de violência (ocorrida na residência), que apresenta a tendência à rotinização. Vítima e agressor são sempre os mesmos e a violência passa a ser necessária à relação amorosa.

A cronificação pode ser percebida quando se examinam os dados sobre lesão corporal publicados pela FIBGE (Participação Político-Social 1988 - Justiça e Vitimização, 1990), porquanto na categoria de vitimizados duas vezes e três vezes ou mais por agressões físicas, a presença feminina representa mais de três vezes a masculina (32% para 10%). Mais uma importante informação mostrando que a mulher constitui a grande vítima da violência doméstica indica que 65,8% das vítimas de agressão física têm parentes por agressores. Os homens são menos violentos com as filhas que com as esposas. Basta examinar as faixas etárias em que se situam as vítimas:

De 0 a 9 anos de idade - 2,8%.

De 10 a 17 anos - 9,9%.

De 18 a 29 anos - 43,6%.

De 30 a 49 anos - 38,4%.

De 50 anos de idade ou mais - 5,3%.

A probabilidade de que as mulheres tenham vida conjugal entre os 18 e os 49 anos é muita alta. A partir dos 50 anos, aumenta a chance da* mulher ter-se separado ou enviduado. Daí cair abruptamente a incidência de lesão corporal na terceira idade.

Pais e mães praticam violências contra filhos. Para Welzer-Lang, "a violência doméstica tem um gênero, o masculino, qualquer que seja o sexo do(a) dominante". Isto equivale a dizer que quando a mulher espanca um filho está desempenhando a função normatizadora (através da violência) típica do patriarca.

"A violência doméstica tem um gênero, o masculino, qualquer que seja o sexo do(a) dominante."

(Welzer-Lang)

As mães tendem a figurar com cifras maiores que os pais na condição de agressoras físicas. As agressões praticadas pelos pais, contudo, costumam ser mais graves. Ademais, os homens constituem entre 97% e 99% dos agressores sexuais.

Cerca de três quartos dos abusos sexuais são praticados por conhecidos ou familiares da vítimas. São, portanto, raras as agressões cometidas por estranhos. Não obstante, continua-se a ensinar a criança a temer o estranho, sem se lhe dar nenhuma instrução a respeito de como interpretar certas condutas de parentes masculinos adultos. Meninos também são sexualmente vitimizados por conhecidos e parentes, mas em uma proporção muito menor que as meninas: entre 6% e 7%.

A família está longe de ser o ninho de amor propalado pela ideologia, assemelhando-se mais a um vespeiro, cenário da competição, da inveja, da violência física, emocional e sexual. A violência constitui um importante componente do processo de adstramento das mulheres para a subordinação aos homens. A vítima, entretanto, não é passiva, reagindo à violência de gênero, seja fisicamente, seja verbalmente.

- **Doutora em Sociologia pela USP - Professora de Sociologia na PUC/SP**

Grande encontro em 95

Dois itens da discussão da Reunião Nacional não ficaram bem explicitados no Boletim Nº 2 do CFEMEA. Um deles é quanto ao Encontro Nacional que se pretende realizar em março ou Abril de 1995. Tudo a respeito do Encontro será discutido na Reunião/Encontro de Brasília, dias antes da data marcada para o fechamento do documento oficial do governo brasileiro. É necessário que os Fóruns estaduais se articulem enviando para a Reunião de Brasília propostas para organizar e sediar o Encontro.

A idéia é fazer um Encontro o mais amplo possível com a participação de todos os grupos de mulheres, garantindo a presença de representantes das mulheres negras, das deficientes, das prostitutas, das sindicalistas, das teólogas, das rurais, empregadas domésticas, etc. para que nenhum grupo fique de fora da participação nacional. A mobilização terá que ser o mais descentralizada possível, não só pelo tamanho do nosso país, como também pelo fato de que até agora não temos nenhum financiamento para esse Encontro Nacional.

Outro item que não ficou bem definido é com respeito ao diagnóstico que queremos fazer a partir da nossa história como movimento de mulheres. O Fórum de Mulheres de

Pernambuco se comprometeu apenas em fazer um esboço (roteiro) para a execução desse documento que terá que ser subsidiado pelas redes temáticas e pelos diversos estados. A idéia é que seja um documento baseado na vivência do movimento e que trace um perfil das nossas questões mais importantes, politizando a condição feminina e analisando a condição da mulher segundo desigualdades de gênero, classe, raça e etnia. Esse esboço deverá estar pronto para discussão na Reunião/Encontro de Brasília. Será uma avaliação da década ao nosso jeito.

Também em relação a tentativa de traçar uma estratégia de comunicação para a participação das mulheres brasileiras na Conferência, ficou decidido que as pessoas e entidades presentes a reunião e que já têm um trabalho na área de comunicação ficariam de pensar nesse ponto específico e levar uma proposta para a Reunião/Encontro de Brasília.

Esta Reunião está sendo chamada assim porque a idéia é que haja um dia só para o Comitê Nacional fazer uma reunião de trabalho e o outro para todas as feministas que puderem estar presentes participarem da discussão e das decisões acerca desses pontos acima.

Informe dos Estados

Na reunião Nacional que aconteceu no Rio de Janeiro em 21 e 22 de maio, os diversos Estados presentes informaram sobre a mobilização do movimento em cada um deles, de maneira que se pudesse ter uma visão mais geral da situação atual para a preparação da Conferência de Pequim.

Bahia: Veio uma representante do Fórum de Mulheres de Salvador. Fizeram antes uma reunião enfatizando a importância da relação que existe entre as 3 Conferências da ONU que estão para acontecer: População, Desenvolvimento e Mulher. Proposta: fazer uma avaliação da década com autocrítica.

Rio Grande do Sul: Aconteceram problemas para a escolha da representante, já que houve dois Fóruns, um convocado pelo movimento autônomo e o outro pela Coordenadoria da Mulher da Prefeitura. No final, houve uma negociação e quem veio foi a representante do Fórum autônomo que

trouxe propostas: encontros estaduais preparatórios para Pequim; criação de grupos de trabalho temáticos; elaboração de um documento nacional.

Goiás: Houve reuniões com representantes dos grupos de mulheres, principalmente da capital. Há pouca mobilização, sobretudo no interior. Existe uma proposta de ampliar a discussão sobre o PAISM em todo o estado como forma de divulgar a Conferência. Estão pensando também em fazer um Encontro Estadual.

Maranhão: Após o I Encontro Nacional preparatório para Pequim em janeiro, rearticularam o Fórum de Mulheres e agora estão pensando fazer uma atividade específica relacionada com a Conferência, com uma atenção especial para as mulheres rurais. Têm aproveitado as agendas dos grupos para passarem as informações sobre da Conferência.

São Paulo: Veio uma representante do Fórum de Mulheres que tem feito

reuniões acerca da preparação da Conferência, mas a participação está se dando muito em função da capital. São Paulo fará um Encontro Estadual ampliado provavelmente em julho. Está sendo enviada uma carta convocação para todo o estado. Também pretendem preparar um documento como contribuição para o nacional e para isso os grupos se dividiram em temas. Ainda não conseguiram nenhum financiamento.

Alagoas: Devido a situação política do Estado, ao descrédito na mobilização popular, e à luta pela sobrevivência, o movimento está com dificuldades de articulação. Não foi possível discutir nada específico sobre Pequim, apenas repassar as informações que chegam. É importante ressaltar a participação crescente das mulheres negras nesse processo.

Santa Catarina: O movimento de mulheres só existe a nível da capital. Estão tentando reorganizar o Conselho

Articulação Nacional

Estadual da Mulher. Recentemente, foi criado um novo grupo de mulheres mas está difícil a articulação entre os grupos. Fizeram uma reunião do Fórum de Mulheres em função de Pequim mas participaram poucas pessoas. Vai haver um Seminário sobre Violência contra a Mulher na Universidade, será um bom momento de divulgação.

Brasília: No ano passado, o Fórum de Mulheres de Brasília, que estava parado, começou a se rearticular em função de Oficinas sobre temas específicos de interesse das mulheres. Têm intenção de realizar um Fórum de Debates sobre a Conferência e também sobre as eleições.

Pará: O Fórum dos Conselhos realizou um Seminário sobre Prostituição e Tráfico de Mulheres e tem havido encontros por regiões. Mas o grande problema é a falta de articulação entre os grupos de mulheres que existem no Estado, não há um Fórum do movimento autônomo. Há uma demanda cada vez maior na questão da mulher,

especialmente no que diz respeito ao trabalho com as meninas ou com as prostitutas nos garimpos.

Mato Grosso: Não há Fórum do movimento autônomo no estado, é uma boa oportunidade para criá-lo. Estão pensando em criar uma comissão para ajudar na articulação e tentar fazer um documento sobre a situação da mulher no estado.

Rio de Janeiro: Fizeram um Encontro Estadual no dia 14 de maio com uma mesa de debates sobre o tema do Seminário Oficial do Itamaraty no Rio: Trabalho, Pobreza e Desenvolvimento; e grupos temáticos à tarde. Houve pouca participação do interior. A perspectiva é descentralizar e mobilizar a partir das diversas regiões do Estado.

Uma representante do Movimento Negro/RJ deu o informe de que nesse mesmo final de semana estava se realizando no Rio, uma Reunião de Mulheres Negras, preparatória para o Encontro Nacional, que vai acontecer na

Bahia, no início de setembro, antes do PrepCom Regional da América Latina em Mar del Plata.

Paraíba: O Encontro Nacional de janeiro foi muito importante como um momento de retomada para o movimento. Logo após, convocaram uma reunião que teve uma participação bem heterogênea e daí saiu uma proposta de um Encontro Estadual com o objetivo de fazer uma retrospectiva das duas décadas do movimento.

Ceará: Na última hora a representante não pode vir por motivo de doença, mas no segundo dia da reunião veio uma participante do Fórum de Mulheres de Fortaleza que estava aqui no Rio por motivo familiares. Participou de uma parte da reunião e disse que a mobilização no Ceará ainda está se iniciando.

É bom lembrar que essas informações foram dadas pelas representantes dos Estados na Reunião do Comitê Nacional de 21 e 22 de maio, no Rio. Esperamos que agora a mobilização esteja mais adiantada.

Personagem

A força do verbo

Joana parece que saiu da sala ginásial há cinco minutos. E isto não é demérito. Se estivesse com saia azul-marinho e camisa branca ninguém duvidaria que aquela garota de Goiânia fosse uma precoce militante do feminismo. Ter aparência ginásiana é, literalmente para este caso, o elogio do verbo, porque Joana Plaza Pinto, de 20 anos de idade, guarda em si a aparência colegial e a vocação pela vida acadêmica: ela colocou à disposição do movimento feminista seu conhecimento em "estruturas verbais", adquirido no curso de Linguística da Universidade Federal de Goiás. Como bolsista do CNPq, Joana lança mão do verbo em benefício do movimento feminista.

Integrante do "Transas do Corpo", onde ingressou há um ano estimulada pela mãe feminista da histórica queima dos *sutiãs* Joana trabalha com a assessoria de comunicação do grupo, que centraliza atividades ligadas à saúde da mulher. "Eu estava sentindo falta de um trabalho engajado e onde eu pudesse exercitar minha atividade acadêmica", explica Joaninha, como foi logo chamada pelas "veteranas" que participaram do II Seminário Nacional sobre a Conferência de Pequim, realizado no Rio de Janeiro dias 19 e 20 de maio.

Joana esteve no II Seminário e também na reunião do Comitê da Articulação Nacional do Movimento de Mulheres (dias 21 e 22) como delegada de seu Estado. Apesar da pouca experiência no movimento de mulheres, Joana demonstrou desenvoltura e entusiasmo ao reivindicar sua participação no comitê que vai elaborar uma estratégia global de comunicação, no Brasil, para a Conferência de Pequim 95. "Acredito que possa contribuir para este trabalho porque, normalmente, eu lido com todas as correspondências, correio eletrônico e colaboro com a redação de projetos", explica. Além de ser a representante de seu Estado nas reuniões, Joana ainda agregou a tarefa de participar do Seminário Imprensa e Desenvolvimento, também no Rio, promovido pelo SEM- Serviço de Informação e Estudo da Mulher, já que ela milita na Comissão de Comunicação da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos.

Tamanha garra por comunicação garantem seu permanente fascínio pelo que chama de "estudo de classificação de verbos, ou estruturas verbais". E explica: "investigo qual o verbo que admite qual tipo de sujeito, qual tipo de complemento e assim por diante". A pesquisa de Joana está relacionada a uma teoria muito ligada a matemática desenvolvida por seu orientador, que trabalha com informática.

A estatística da agressão

● Leila Linhares Barsted

Dentro dos limites do processo de redemocratização da sociedade brasileira e da crise econômica e social existente no país, a nível do governo federal e dos governos estaduais e locais, o movimento de mulheres, ao longo da década de 80 logrou algumas vitórias significativas no campo da luta contra a violência.

A partir de 1986, foram criadas as Delegacias de Defesa das Mulheres que hoje ultrapassam a 150, por todo o país. É bem verdade, que o projeto do movimento de mulheres de uma política de segurança pública implicava não apenas a criação de instâncias policiais como as Delegacias, mas o atendimento integrado e interdisciplinar que envolvesse outras instituições do Estado como o Instituto Médico Legal, a Defensoria Pública, o serviço social e psicológico, os abrigos para mulheres vítimas, o treinamento das policiais femininas lotadas nas Delegacias, a reciclagem de todo o aparato policial, a partir da introdução de cursos sobre os direitos das mulheres nas Academias de Polícia.

Para a compreensão dos resultados obtidos no processo de negociação dessas políticas com o Estado alguns pontos devem ser destacados.

De um lado, os limites do processo de redemocratização definiram o alcance das conquistas. Se as delegacias foram criadas, estes órgãos não foram necessariamente dotados de recursos humanos e materiais para que pudessem ter um bom desempenho; somente nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul foram criados abrigos para mulheres vítimas de violência.

Por outro lado, o esvaziamento do momento "heróico" do processo de redemocratização, logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, não deve ser esquecido. Os órgãos de segurança pública têm no Brasil uma longa tradição de atuarem como repressores e nenhuma tradição

de atuarem na perspectiva de proteção aos direitos dos cidadãos.

Deve-se destacar, também, o pouco envolvimento de outros setores da sociedade na luta contra a violência de gênero, inclusive de instituições defensoras dos direitos humanos, e dos partidos políticos, que em 1982 estavam muito mais receptivos para as demandas feministas do que atualmente.

A política econômica e a deterioração das políticas sociais, em geral, também explicam, em parte, o baixo investimento governamental em programas voltados para prevenção e combate à violência e para apoio às mulheres vítimas.

Além disso, outro dado importante, foi a baixa sensibilização do Poder Judiciário para a violência contra a mulher. Grande parte dos inquéritos enviados para o Poder Judiciário pelas Delegacias de Mulheres têm sido arquivados, e as decisões desse Poder tendem, em muitos estados, a manter como normais os padrões culturais pautados por assimetrias sexuais em detrimento das mulheres.

Visibilidade

Por outro lado, é importante assinalar que funcionando bem ou mal, as Delegacias tiveram uma grande receptividade por parte das mulheres. Começaram a surgir as estatísticas da violência específica de gênero, dando visibilidade a esse problema e encorajando a denúncia das agressões físicas e sexuais contra as mulheres. A comparação entre o número de denúncias de estupro, antes da criação das Delegacias, com aquele constatado após a implementação desses órgãos policiais indica que as mulheres compreenderam a proposta da existência de um espaço onde é possível receber um tratamento que não as humilhe ou onde sua queixa seja ouvida.

Nesse sentido, talvez a grande vitória do movimento de mulheres no Brasil, na área da luta contra a violência, mais do que sensibilizar o Estado tenha sido

propiciar o surgimento de uma nova cultura sobre a violência de gênero, não mais naturalizada como um "destino inevitável de ser mulher" ou como fazendo parte da "natureza agressiva dos homens", mas tratada como crime.

Espera-se que o Governo Brasileiro torne efetivos seus compromissos internacionais de eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, fortaleça as instituições criadas para tal objetivo e implemente novas políticas sociais que atuem como mecanismos que diminuam a violência em geral, em especial a violência contra as mulheres.

Nesse sentido, esforços devem ser desenvolvidos na área da educação e comunicação social, no treinamento e capacitação de funcionários da área de segurança pública, na criação de instituições que apoiem as mulheres vítimas de violência e na agilização do sistema judiciário, para dar fim à impunidade.

Igualmente, espera-se que o Estado, através do Poder Legislativo, elimine da legislação, em especial do Código Penal, as discriminações existentes incorporando na reforma deste Código as propostas do movimento de mulheres.

No Brasil, a ratificação pelo Estado das Convenções Internacionais relativas à condição das mulheres tem sido usada pelo movimento feminista como instrumento para fortalecer a luta contra as discriminações e pela cidadania.

Torna-se importante, que o Documento das Nações Unidas, elaborado a partir da Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena, em 1994, repudiando a violência contra as mulheres e conclamando os Estados Membros para políticas efetivas nesse campo possa representar uma pressão internacional contra práticas violadoras dos direitos humanos das mulheres.

● Advogada e Cientista Política / Diretora da CEPIA (RJ) / Consultora do Comitê Nacional Beijing/95

LISTA DE PARTICIPANTES NA REUNIÃO DE 21 E 22 DE MAIO

REPRESENTANTES DOS ESTADOS

Para facilitar os contatos e a mobilização para Pequim/95, a Articulação Nacional do Movimento de Mulheres para a Conferência informa, a seguir, os nomes e endereços das pessoas que participaram da sua última reunião, como representantes de cada estado.

Mato Grosso do Sul

Jacy Corrêa Curado
Serviço Informação Mulher
Rua Joaquim Távora, 35
79002-074 - Campo Grande - MS
(067) 724-6395

Pernambuco

Edileusa da Rocha
Fórum de Mulheres de Pernambuco
a/c SOS Corpo
Rua Major Codeceira, 37
50100-070 - Recife - PE
(081) 221-3018
Fax: (081) 221-3947

Goiás

Joana Plaza Pinto
Grupo Transas do Corpo
Av. Anhangüera, 5674 - sala 1304
74039-900 - Goiânia - GO
Tel/Fax: (062) 223-3817

Rio Grande do Sul

Mirian Weber
GAPA/RS
Rua Luiz Afonso, 234
90050-310 - Porto Alegre - RS
(051) 221-6363/211-1014
Fax: (051) 221-6035

Pará

Maria Eunice Figueiredo Guedes
Grupo de Mulheres da Universidade Federal do Pará
Rua Cesário Alvim, 604 / 203 - E1
66023-170 - Belém - PA
(091) 241-9289/249-2088 ramal 448
Fax: (091) 225-1211

Alagoas

Vanda Maria Menezes Barbosa
Fórum de Entidades Autônomas de Mulheres
Conj. J. S. Peixoto - Rua GH - Qd. 07, nº 16
57040-000 - Maceió - AL
(082) 320-1994

Fax: (082) 221-4817

Rio de Janeiro

Candida Carvalheira
Movimento de Mulheres Deficientes
Rua República do Líbano, 35
20061-030 - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (021) 252-5702

Brasília

Elisabete Oliveira Barreiros
Fórum de Mulheres de Brasília
C.2 - Lt. 17 - aptº 202
72010-020 - Taguatinga - DF
(061) 351-5844 (res)/214-2033/1583 (trab)
Fax: (061) 225-3032

São Paulo

Nilza Iraci Silva
GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra
Praça Carlos Gomes, 67 - 5º andar - GM
01501-040 - São Paulo - SP
(011) 35-3869
Fax: (011) 36-9901

Santa Catarina

Vera Lucia Fermiano
Casa da Mulher Catarinã
Rua Ferreira Lima, 92
88015-000 - Florianópolis - SC
(0482) 24-8258
(0482) 24-8258

Bahia

Neuza Maria de Oliveira
Fórum das Mulheres da Bahia
Av. Cardeal da Silva, 242 - aptº 212/2º
Subsolo
40223-020 - Salvador - BA
(071) 237-8239 (NEIM)
Fax: (071) 247-2800

Maranhão

Ieda Cutrim Batista
Grupo de Mulheres da Ilha
Rua 7 de setembro, 375
65020-590 - São Luís - MA
(098) 222-1291
Fax: (098) 222-3355

Paraíba

Estelizabel Bezerra de Souza

Cunhã - Coletivo Feminista
Rua Rodrigues de Aquino, 480
58035-015 - João Pessoa - PB
(083) 222-3947

Ceará

Claudia Maria dos Santos da Silva*
União das Mulheres Cearenses
Rua General Sampaio, 1768
60020-031 - Fortaleza - CE
(085) 221-6621
Fax: (085) 231-1056 (Cetra)

Minas Gerais

Elizabeth Lemos
MUSA - Mulher e Saúde / Centro de Educação e Saúde da Mulher
Rua Formosa, 48
31015-050 - Belo Horizonte - MG
(031) 467-5875

Amapá

Lúcia Maria Alcântara Veiga Cabral
UMA - União de Mulheres de Macapá
Rodovia Juscelino Kubitschek, 519
68900-000 - Macapá - AP
(096) 241-1607 (res) (096) 223-4747 (trab)
Fax: (096) 223-4537

Acre

Denise Carreira Soares
Centro de Defesa Direitos Humano e Educação Popular do Acre
Travessa Cabanelas, 40 - Bairro 06 de Agosto
69900-000 - Rio Branco - AC
Tel/fax: (068) 224-5772

Em seu lugar, veio como representante do Ceará a Sandar Helena Alves de Freitas.

As organizações interessadas em distribuir **Pequim '95** devem escrever ao CFEMEA informando o número de exemplares que desejam e o endereço para remessa.

Trabalhos Publicados

Os artigos publicados nesta edição de Pequim 95 são os que recebemos até às 11 horas do dia 13 de junho, conforme solicitação feita às autoras. Neste número, além do relatório do III Seminário Nacional "Violência contra a Mulher", elaborado por Sueli Carneiro (coordenação geral de Floriza Verucci), estamos divulgando os trabalhos apresentados por Heleieth I. B. Saffioti, Leila Linhares Barsted e Luiza Nagib Eluf (na foto, da esquerda para a direita).

Organizado pelo Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, com o apoio da OAB/SP e do NEMGE/USP, o Seminário contou com o patrocínio das agências do sistema ONU, além de tratar-se de mais uma iniciativa do governo brasileiro, através do Itamaraty, com o objetivo de colher subsídios para a Conferência de Pequim.

A primeiro painel do Seminário tratou sobre "Violência de Gênero", coordenado por Maria Tereza Augusti; o segundo foi sobre "Violência contra a mulher: agressão, vitimização e padrões culturais", com a coordenação de Graziela Acquaviva Pavez; o terceiro deles falou sobre "Legislação e atuação do Judiciário", coordenado por Floriza Vercci; e o quarto e último, "Políticas públicas e estratégias para a próxima década na área de combate à violência contra a mulher" teve a coordenação de Eva Blay.



Heleieth, Leila e Luiza

I MOSTRA DE EXPERIÊNCIAS

Defesa da mulher contra a violência

O Ibam, com a coordenação do Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas e o apoio da Fundação Ford, está realizando a I Mostra de Experiências Municipais sobre a Defesa da Mulher contra a Violência e premiará iniciativas de Governos Municipais que tenham como objetivo a prevenção ou a redução da violência praticada contra as mulheres.

Participantes - Poderão participar Municípios que tenham experiências em funcionamento - implantadas ou em fase de implantação - e que apresentem resultados, ainda que preliminares.

Comissão Julgadora - Experiências inscritas serão submetidas a uma comissão julgadora multidisciplinar e multi-institucional.

Seleção - As experiências serão selecionadas pela comissão julgadora até o dia 31 de outubro de 1994 e expostas no Salão de Exposições Cleuler de Barros Loyola na sede do IBAM, no período de 21 de novembro a 2 de dezembro de 1994.

Premiação - Entre as experiências selecionadas serão concedidos três prêmios, pagos às Prefeituras, em moeda nacional, cada um de valor equivalente a US\$ 10,000.00 (dez mil dólares

americanos), convertidos pelo câmbio oficial do dia anterior à entrega dos prêmios. O valor do prêmio terá de ser aplicado exclusivamente em ações no âmbito da experiência premiada, não podendo ser utilizado para outras finalidades. Serão também concedidas duas menções honrosas. Estudos selecionados poderão ser publicados.

Inscrição - A inscrição deverá ser feita mediante o preenchimento de formulário a ser obtido no IBAM, na secretaria da Escola Nacional de Serviços Urbanos, Largo IBAM nº 1, 4º andar - Humaitá, CEP 22271-070, telefone (021) 266-6622 ramais 245 e 244, fax (021) 537-1262, Rio de Janeiro.

Prazo - Serão aceitas somente as inscrições realizadas através do preenchimento do formulário e que estejam postadas até o dia 29 de julho de 1994, ou que sejam entregues, nessa data, diretamente ao IBAM até as 18 horas.

Resultado - O resultado será divulgado até o dia 31 de outubro de 1994. A entrega dos prêmios será na sede do IBAM, Rio de Janeiro, no dia 25 de novembro de 1994, data em que se comemora o dia de Combate à Violência Contra a Mulher.

Inscrição para Pequim

As organizações de mulheres que desejam participar do Fórum Paralelo à Conferência de Pequim devem entrar em contato com o Secretariado da Conferência no seguinte endereço: Comissão Regional para a América Latina - ECLAC / Programa Mulher e Desenvolvimento / Edifício Naciones Unidas / Casila 179- D / Santiago-Chile / Fone (00562) 208.0252 / Fax (00562) 208.5051 e 208.5061